



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8476 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS, EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA:
CONEXÕES E REVISÃO DE LITERATURA**

Ana Paula Guimarães Daniel - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS, EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO FÍSICA:
CONEXÕES E REVISÃO DE LITERATURA**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar o levantamento bibliográfico na pesquisa realizada em âmbito de Mestrado em Educação sobre a inserção do professor de Educação Física na Educação Infantil.

Partimos do pressuposto que a pesquisa no campo da Educação Infantil é marcada pelas diferentes características pertinentes a primeira etapa da Educação Básica, o direito da criança a ter direitos reconhecido na Constituição Federal Brasileira/1988 (CF/1988) (BRASIL, 1988); o entrelaçamento entre as políticas educacionais e consolidação social da importância que a infância adquire na atual sociedade do século XXI, são reflexos de conquistas nas mais diferentes áreas de conhecimento através de pesquisas, das lutas de movimentos sociais e de valorização do profissional da educação (RODRÍGUEZ; VARGAS, 2008) e também o escopo de diferentes fatores e das correlações de forças produzidas nas desigualdades em âmbito social, educacional e econômica (SANTOS; SOUSA JÚNIOR, 2017).

A interlocução da Educação Física na Educação Infantil no Município de Campo Grande/MS tem como hipótese a implementação da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008, institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) e o contexto de municipalização oficializado em 20 de janeiro de 2014 (Decreto n. 12.261) que reestruturou a gestão compartilhada na Educação Infantil, atribuiu à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) o atendimento de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos (NASCIMENTO, FERNANDES e DELMONDES, 2015). O recorte temporal datado de 2012 a 2020 busca reconhecer e analisar como se configurou este processo no município, com a normativa da ampliação das horas-atividades proposta e regulamentada pela Lei do PSPN/2008 com o disposto no § 4º do artigo 2º, um terço de hora atividades conforme previstas na LDB/1996 no artigo 67, inciso V sobre

os estudos, planejamentos e avaliação (BRASIL, 2008).

A particularidade do estado de Mato Grosso do Sul é o questionamento do governo estadual junto ao Supremo Tribunal Federal através da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.167 formulada em conjunto com os estados Ceará, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que questionaram a validade da Lei do PSPN/2008 ao defender que referida lei não compactuava com o princípio de autonomia das unidades federativas estaduais prevista na CF/1988 e Lei de Responsabilidade Fiscal/2000. O Supremo Tribunal Federal julgou a causa e deferiu favorável aos professores ao citar o artigo 97 da CF/1988 e o artigo 67 da LDB/1996; declarando a constitucionalidade e validade em 27 de abril de 2011 (BRASIL, 2013).

Outra singularidade é consolidado no ato normativo deliberado pelo Conselho Municipal de Educação de Mato Grosso do Sul - CME/MS N. 1.637, de 6 de fevereiro de 2014, que estabeleceu orientações para as Instituições de Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino e integrou “Arte e Educação Física como parte do currículo da Educação Infantil conforme legislação em vigor” (Capítulo 2, artigo 5º parágrafo 2º) e reforça a necessidade da formação docente para atuar na Educação Infantil em consonância aos dispositivos legais (artigo 12, LDB/1996) (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, 2014).

As pesquisas com a temática “Educação Física na Educação Infantil” tem pouca representatividade (9,2% - 28 artigos de 1.582 artigos) em estudos quando relaciona a Educação Física com as etapas de ensino, conforme levantamento realizado sobre a produção de conhecimento científico em periódicos especializados em Educação Física Escolar por Betti, Ferraz e Dantas (2011); fato confirmado ao iniciarmos em janeiro de 2020 a consulta nos bancos de Teses e Dissertações em âmbito regional e nacional, entre os anos de 2012 a 2020. Posteriormente estendida para o banco de periódicos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), devido a consolidação do Grupo de Trabalho 07 “Educação e Crianças 0 a 6 anos” frente as pesquisas nacionais.

Contributo importante é a pesquisa de Fernandes (2013), em âmbito regional, que problematiza e analisa criticamente os recursos financeiros por meio dos Fundos de natureza contábil (FUNDEF e FUNDEB), no período de 1997 a 2009, e os impactos destes na “composição dos gastos e da oferta educacional nas etapas de atuação municipal – Educação Infantil, Ensino Fundamental e à valorização do magistério” na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande/MS, abarcando a municipalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e apontando como resultados da pesquisa que os recursos cresceram, “mas os valores do gasto/aluno/ano realizado ficaram abaixo dos valores praticados antes da implementação da política de Fundos, no município” outro aspecto apresentado foi que mesmo a implementação do PCRM como conquista e impulso para qualificação e com expoente de 99% dos profissionais com nível superior, contudo os vencimentos não obtiveram ganhos significativos.

No banco de periódicos da ANPEd, a busca foi por trabalhos apresentados de 2000 a 2019, a data de recorte foi expandida devido à pouca relação dos trabalhos encontrados com a temática da pesquisa. Políticas Educacionais e Educação Infantil, foram as categorias encontradas no Grupo de Trabalho 7 (GT7) “Educação da criança de 0 a 6 anos”, do total inicial de 19 artigos, o quadro 1 apresenta os 5 artigos selecionados após o refinamento dos critérios e a particularidade neste caso foi a presença de estudos em contexto mais abrangente.

Instituição	Autor/Ano	Título
UFSCar	Isabel Cristina Brandão / 2004	Políticas públicas em educação infantil
UFF	Deise Gonçalves Nunes / 2010	O movimento Inter fóruns de educação infantil: a construção de uma identidade cultural e política
UFRJ e UNIRIO	Patrícia Corsino e Maria Fernanda Rezende Nunes / 2010	Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil
UFMA	Fabiana Oliveira Canavieira / 2012	“Caos calmo”: (in)constâncias no cenário da política de educação infantil brasileira
MPPE	Isabel Cristina de Andrade Lima e Silva / 2015	Rede de políticas públicas na educação infantil

onte: Organizado pela autora.

Brandão (2004) corrobora ao discutir que a “ausência no financiamento específico para educação infantil e a continuidade da política de convênios com instituições” não governamentais, dentre outras questões apresentada pela autora perpetuaram até a implementação do FUNDEB e outras até a validação da Lei do PSPN/2008.

Três aspectos são apresentados em relação as contribuições do movimento de lutas sociais para a “construção de uma nova identidade cultural e política para a Educação Infantil brasileira” (NUNES, 2010); e ainda a “participação de atores não estatais em rede potencializa o poder de influência ao mesmo tempo em que racionaliza as escolhas políticas nos processos decisórios” (LIMA; SILVA, 2015); por fim que ao universalizar o atendimento a pré-escola (4 e 5 anos) pode fragilizar o atendimento a creche (0 a 3 anos) em relação a demanda e oferta de vagas (CORSINO; NUNES, 2010) apesar do presente processo de construção política e “novos paradigmas teórico-metodológicos que põem as crianças no centro de seu processo educativo” na base epistemológica da Educação Infantil brasileira na última década (2003-2010) apontada por Canavieira (2012).

Dentre os trabalhos analisados percebemos as preocupações com a Educação Infantil regionalizada e articulada com as políticas educacionais produzidas em âmbito nacional, muitas das quais as relações apresentadas ainda eram anteriores a implementação de financiamento que consolidasse a Educação Infantil com parte integrante da Educação Básica; ou ainda como na maioria dos trabalhos a ausência da presente relação aqui explorada. A investigação e análise das produções científicas colaboram para compreensão do objeto de pesquisa e interlocução com o método de pesquisa ao compreendê-lo como dinâmico e histórico, sendo o presente estudo uma análise da conjectura atual e ainda devendo seguir o seu curso no rigor da ciência.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais. Educação Infantil. Educação Física.

REFERÊNCIAS

BETTI, M.; FERRAZ, O. L.; DANTAS, L. E. P. B. T. Educação física escolar: estado da arte e direções futuras. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. especial, p. 105–115, 2011.

BRANDÃO, Isabel Cristina. Políticas Públicas em Educação Infantil. 2004. Trabalho apresentado no GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, Outubro de 2004. Disponível em: <<https://anped.org.br/sites/default/files/t072.pdf>>. Acesso em: 20/07/2020.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade** (ADI) Nº 4.167 de 27 de fevereiro de 2013. Brasília: STF - Supremo Tribunal Federal.

BRASIL. **Constituição Federativa da República do Brasil**. Brasília: Editora do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei do Piso Salarial Profissional Nacional**. Lei n. 11.738, 16 de julho de 2008. Brasília, 2008.

CANAVIEIRA, Fabiana Oliveira. “Caos calmo”: (in)constâncias no cenário da política de educação infantil brasileira. 2012. Trabalho apresentado no GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED. Porto de Galinhas, Outubro de 2012. Disponível em: < https://anped.org.br/sites/default/files/gt07-2512_int.pdf>. Acesso em: 20/07/2020.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Rezende. Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil. 2010. Trabalho apresentado no GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Anais da 33ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, Outubro de 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT6749--Int.pdf>>. Acesso em: 20/07/2020.

FERNANDES. Solange Jarcem. **A Gestão dos Fundos Contábeis para o Financiamento do Ensino no Município de Campo Grande/MS**. 2013. 296 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS: UFMS, 2013.

LIMA E SILVA, Isabel Cristina de Andrade. Rede de políticas públicas na educação infantil. 2015. Trabalho apresentado no GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Anais da 37ª Reunião Nacional Anual da ANPED. Florianópolis, Outubro de 2015. Disponível em: < <https://anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt07-4478.pdf>>. Acesso em: 20/07/2020.

NASCIMENTO, Brigete Madalena Gubert. FERNANDES, Solange Jarcem. DELMONDES, Asheley Godoy. **Os profissionais da educação dos centros de educação infantil (CEINFS) em tempos de gestão compartilhada no município de Campo Grande/MS**. Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

NUNES, Deise Gonçalves. O movimento Inter fóruns de educação infantil: a construção de uma identidade cultural e política. 2010. Trabalho apresentado no GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos. Anais da 33ª Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, Outubro de 2010. Disponível em:

<<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6045--Int.pdf>>. Acesso em: 20/07/2020.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. VARGAS, Marilda Bonini. A formação dos professores na América Latina: um balanço dos debates nos fóruns internacionais 1966-2002. In: RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro Editora, UCDB, 2008. P. 37-56.

SANTOS, Joedson Brito dos; SOUSA JÚNIOR, Luiz de. Educação infantil: 20 anos da primeira etapa da educação básica e os desafios do financiamento. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 12, n. 24, mai/ago de 2017. Disponível em Acesso em maio 2020.